



Apresentação

José da Silveira Filho

Walcir Soares Junior é ex-aluno da graduação em Ciências Econômicas das Faculdades Integradas Santa Cruz, atuando como professor iniciante da Instituição. No momento, cursa mestrado na Universidade Federal do Paraná e, seguramente, pelo andar da carruagem, seguirá para doutoramento, talvez até em outro país, superando os próprios mestres que o ensinaram. Foi e é uma de nossas pedras preciosas mais bem elaboradas. É a prova de que nosso aluno traz toda capacidade de que necessita. Que apenas precisa acreditar nele mesmo e exercitar qualidades, que enfeixadas a só momento, são mais difíceis de encontrar do que a própria inteligência: determinação, dedicação e perseverança. E não é somente no meio acadêmico que nossos alunos podem se destacar, as empresas estão aí, no aguardo deles ingressarem para que demonstrem todo o seu valor. E, antes que me esqueça, Walcir é músico, admirador de Renato Russo, um dos grandes compositores do rock nacional.

Onde está o gargalo da educação no Brasil?

Walcir Soares Junior

A literatura econômica tem como característica principal possuir poucos consensos, já que para cada economista um determinado ponto de vista pode ser fortemente defendido com argumentos fundamentados na teoria, ou mesmo nas evidências empíricas disponíveis. No entanto, a maioria dos economistas, e felizmente, cada vez mais a sociedade como um todo, dão grande importância para a educação, no desenvolvimento econômico e, consequentemente, no cotidiano das pessoas. A literatura da Economia da educação vem crescendo muito nos últimos anos, e os avanços e descobertas na área, cada vez mais indicam aos gestores de política econômica, que a área educacional não pode ser ignorada. Pode parecer que não, mas a lenta, porém crescente valorização dos professores, a cobrança por melhores escolas, e a consciência da importância da escola, vem aos poucos colocando a educação no seu lugar de direito na pauta de discussões governamentais.

Os grandes responsáveis pela teoria do capital humano no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, Schultz, Becker e Mincer, fizeram parte da geração acadêmica preocupada em verificar e mensurar os retornos da educação. A partir de meados dos anos 1960, a preocupação acadêmica com a associação entre renda e educação começou a aumentar, e a educação passou a ser vista também como investimento, que através do aumento da produtividade do trabalhador, elevaria sua renda. A partir dos anos 1970, a corrente credencialista passou a questionar essa ideia de aumento da

produtividade, atribuindo a elevação da renda, simplesmente a uma remuneração às habilidades inatas do trabalhador, sendo a escolaridade apenas uma forma de sinalizar as boas habilidades do indivíduo. Apesar de divergirem no argumento, as duas teorias dizem que um aumento no nível de educação gera um aumento no nível da renda. (BOWLES, 1975).

As décadas de 1980 e 1990 tinham como desafio, então, testar empiricamente as duas teorias, e descobrir qual das duas se adequava mais à realidade. Uma das principais descobertas foi a de que cada ano de escolaridade formal gera um aumento de aproximadamente 10% na renda média do trabalhador, sendo que no máximo 20% deste aumento é explicado pela sinalização. Em outras palavras, no mínimo cada ano de escolaridade eleva a renda em 8% em média, pelo aumento da produtividade (BARBOSA FILHO e PESSOA, 2009). Já na relação entre escolaridade e crescimento econômico, os últimos trabalhos chegaram a algumas conclusões interessantes: cada ano de escolaridade medido pelo PEA (população economicamente ativa) eleva a renda em 7% aproximadamente – um resultado modesto em relação às previsões anteriores, mas suficiente para explicar diferenças entre as rendas *per capita* de diversos países. . (BARBOSA FILHO e PESSOA, 2009).

É fato que comparecer à escola acarreta custos, sejam eles financeiros ou econômicos, mas se supõe também – como dado pela teoria do capital humano - que o benefício gerado é o aumento da produtividade que a educação propicia. Esse aumento no produto marginal por trabalhador, por sua vez, leva a um aumento na renda. Assim, a política educacional pode levar à redução da distribuição de renda, através do aumento desta. (VELLOSO, 1979). Ramos (1991) também constatou que a educação é a variável mais importante na explicação da desigualdade de renda.

Além dos efeitos sobre a renda e o crescimento econômico, todos sustentados por evidências empíricas, em sua maioria, robustas, a educação possui muitos outros efeitos sociais positivos. O aumento da educação de um grupo que interage com determinado indivíduo, por exemplo, pode aumentar também a sua produtividade. E ainda assim, há outros motivos que justificam os investimentos em educação, alguns deles não especificamente voltados ao mercado de trabalho, mas para outras atividades que o indivíduo possa exercer. Deste ponto de vista, os retornos estão subestimados, pois não levam em conta os retornos sociais da educação, que provavelmente ultrapassam os retornos privados. (GROSSMAN, 2006, in BARBOSA FILHO e PESSOA, 2009).

Apesar das evidências em prol da teoria do capital humano, a hipótese credencialista não pode ser descartada, ainda mais se tratando do caso brasileiro. A recente demanda por mais recursos para a educação, e seu efeito no aumento do prêmio salarial para escolaridade, não reflete um aumento proporcional na produtividade dos indivíduos. Pelo contrário, os investimentos educacionais enfrentam um sério problema de risco moral, em que os incentivos para aumentar as credenciais dos trabalhadores são grandes, mas não levam em conta a qualidade da educação. Assim, os trabalhadores preferem se educar ao menor custo possível, auferindo grandes ganhos salariais, sem que isso reflita aumento nas suas competências, colocando o país em conflito na questão de se investir ainda mais em educação, sendo que a quantidade de recursos brasileira nesta área, em relação aos outros países, já é bastante significativa. (SCHWARTZMAN, 2001).

Em se tratando de *quantidade* educacional, o Brasil tem conseguido um avanço considerável nos últimos anos. Em estudo feito em 2007, dos nascidos no ano de 1982, metade conseguiu realizar o ensino médio. (MENEZES FILHO, 2007). Mais tarde, com a Constituição Federal de 1988, e o ensino fundamental tornando-se *direito público subjetivo*¹, a quantidade de educação no Brasil teve

¹ Os governantes podem ser responsabilizados juridicamente pelo não fornecimento.

uma enorme expansão, mesmo que em detrimento da qualidade (OLIVEIRA E ARAÚJO, 2003). Atualmente, o maior problema na área da educação, é a baixa qualidade educacional, o que tem efeito generalizado sobre as variáveis econômicas. Os efeitos da qualidade educacional explicando o crescimento econômico têm sido positivos e significativos em uma quantidade muito grande de trabalhos, indicando que ainda há um amplo espaço para crescimento econômico, ainda mais especificamente nos países em desenvolvimento, que pode ser estimulado através do aumento na qualidade educacional.

Assim, o grande gargalo da educação no Brasil está voltado à qualidade da mesma, e pode-se enxergar um cenário otimista com relação a isso, visto que os investimentos educacionais têm sido conscientemente demandados pela sociedade, sendo este claramente um efeito da educação sobre o pensamento das pessoas, que começam a olhá-la como um meio importante de ascensão. Se esta visão for difundida, e continuar crescendo, as próximas gerações cobrarão muito mais qualidade de educação de seus governantes, e o Brasil só assim, terá alguma chance de um dia se tornar uma grande potência.

A JANELA ECONÔMICA é um espaço de divulgação das idéias e produção científica dos professores, alunos e ex-alunos do Curso de Economia das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

- Cada artigo é de responsabilidade dos autores e as ideias nele inseridos, não necessariamente, refletem o pensamento do curso.

- O objetivo deste espaço é mostrar a importância da formação do economista na sociedade.